

O GOVERNO CONTRA A RECESSÃO

O desaquecimento é considerado necessário, mas sem ferir a meta de crescimento.

Nem choque nem recessão. O governo não pensa em pacote e descarta um novo congelamento, mas as autoridades da área econômica já admitem que houve redução da atividade econômica. Preferem, contudo, chamar-a de desaquecimento, achando-a até "necessária" e prevendo nova reativação para começos do próximo ano. Para conseguir a estabilidade de preços, o ministro Bresser Pereira está preparando um plano, que será apresentado daqui a duas ou quatro semanas.

Quem desmentiu a iminência de um pacote foi o porta-voz da Presidência da República, Frotá Neto, que ao mesmo tempo anunciou o plano de Bresser, cuja perspectiva seria "alcançar uma política estável de preços, sem precisar recorrer a um novo choque".

Frotá Neto disse também que o governo não está prevendo uma explosão da inflação. "Não trabalhamos com a hipótese de hiperinflação", afirmou o secretário de imprensa da Presidência da República. Ele reconheceu que a inflação está muito elevada, mas disse que o governo pretende estabilizá-la e, posteriormente, reduzi-la, sem abrir mão da prioridade que confere ao crescimento econômico do País.

Há medidas que, se tomadas, poderiam produzir uma inflexão rápida na curva de crescimento do índice inflacionário — disse Frotá. Mas essas medidas também teriam efeitos indesejáveis sobre os investimentos e a política de crescimento do presidente Sarney, afirmou o porta-voz. Por isso, o governo prefere esperar o plano que o ministro Bresser Pereira prepara, para combater a inflação sem provocar recessão, mediante a aplicação de medidas que resultem em estabilização gradual dos preços.

A queda

As autoridades da área econômica já estão admitindo, claramente, a ocorrência, a partir deste mês, de uma sensível redução na atividade econômica, expressa por uma série de indicadores de nível de emprego, de produção e de vendas, captados por instituições privadas e oficiais, assim como pela disposição manifestada por várias empresas, nacionais e estrangeiras, de reduzirem drasticamente investimentos este ano.

A equipe do ministro Bresser Pereira, entretanto, além de considerar necessária essa queda da atividade econômica, que os técnicos da Fazenda preferem chamar de desaquecimento, acha que no início de 1988 poderá haver uma nova reativação, a exemplo do que ocorreu em 1985, após o longo período recessivo iniciado em 1981.

Nos dois programas econômicos que estão sendo redigidos — o da Sepan, de médio e longo prazos, e o da Fazenda, de curto prazo, com incursões no quadriênio — há convergência em relação à taxa de crescimento proposta para o produto industrial: 3,5% este ano.

Como no primeiro trimestre o PIB industrial evoluiu 10,93%, surpreendendo os economistas do governo, para que a taxa final decline até o nível de 3,5% será necessária uma dramática desativização, de tal forma que a taxa média dos três últimos trimestres não ultrapasse a média mensal de 1,8%. Ocorre que, segundo dados preliminares em poder do governo, em abril o setor industrial ainda apresentou uma expansão razoável, somente experimentando declínio em maio, embora ainda não de forma acentuada.

Diante disso, ou o governo promove, de fato, uma recessão no setor industrial, alimentando um crescimento próximo do zero no restante do ano, ou assumirá uma expansão do produto industrial acima dos 3,55% previstos.

Um economista da equipe da Fazenda disse ao JT que "estamos ouvindo a gritaria em torno da recessão, mas é preciso calibrar os incentivos e desincentivos para evitar nova expansão de 8%", que ele considera irresponsável.

O governo, segundo esse economista, está atendo ao problema para não permitir que haja uma recessão, no seu sentido técnico, ou seja, uma variação negativa do PIB, e ao mesmo tempo para evitar que doses exageradas de incentivo possam novamente reativar a demanda e repetir o evento do ano passado, quando o crescimento se deu muito mais pelo lado do consumo.

Se isso ocorrer — argumentam os economistas — o PIB não ficará no limite programado de 5%, pois o produto agrícola, que foi negativo no ano passado, poderá crescer de 10% a 12%, o mesmo ocorrendo com o setor de intermediação financeira, também declinante em 1986, em decorrência do Plano Cruzado, porém este ano apresentando um desempenho igual ou superior ao da agricultura.

O comércio

Cresceu 18% o registro de novas empresas nas juntas comerciais do País, entre janeiro e abril deste ano, em comparação com o mesmo período de 86. Os dados são do Departamento Nacional de Registro do Comércio, que adverte, entretanto, para a redução da taxa de crescimento do setor, a partir do último mês de março. Em fevereiro foram registradas 40.528 novas empresas comerciais, contra 31.256 em março e 30.565 em abril.

No ano passado a tendência foi oposta, aumentando a criação de empresas comerciais a partir de março, justamente quando entrou em vigor o Plano Cruzado. Em abril de 86, as juntas comerciais registraram 40.587 firmas novas.

A maior taxa de crescimento continua sendo no Nordeste com 39%, seguido das regiões Norte com 24%, Sul e Sudeste com 14%. O Centro-Oeste cresceu apenas 7%.

Tarifas de energia elétrica sobem 16,8% em média no domingo

A Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (Seap) determinou ontem um reajuste médio de 16,8% nas tarifas de energia elétrica, válido a partir do dia 24, domingo. A majoração representa 80% do índice de inflação registrado em março (20,3%) e foi anunciada à noite pelo secretário adjunto de Preços Públicos da Seap, Paulo Galleta. O Índice de 16,8% representa a média entre as tarifas diferenciadas para os diversos setores que consomem eletricidade (residências, indústrias, comércio, zona rural e consumidores especiais como hospitais, aeroportos etc.). O reajuste é limitado a 80% da inflação obedecendo à recém-definida política de controle do processo inflacionário. Mas pode afetar de novo a rentabilidade das empresas do setor elétrico, reiniciando o processo de defasagem progressiva entre os custos e as tarifas.

